



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS

PORTARIA N.º 034/2008/ 78.ª PJPPP

(Inquérito Civil)

	Procuradoria-Geral de Justiça do Amazonas
	DOCUMENTO: 250773
	AUTO: 2008/ 10879__
	DATA: 14 __ 07 __ 2008__
HORA: ____ : ____	
Arquimedes – Sistema de Gestão de Autos	

**O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**, através da 78.ª Promotoria de Justiça Especializada na Defesa e Proteção do Patrimônio Público Estadual, pela Promotora de Justiça infra-assinada, no exercício de suas atribuições conferidas pelo Art. 129, III, da Constituição Federal, Art. 8º, parágrafo 1.º da Lei n.º 7.347/85, Art. 26, I, da Lei n.º 8.625/93 e art. 22 da Lei N.º 8.429/92;

**CONSIDERANDO** que é função institucional e dever do Ministério Público, promover o Inquérito Civil, na forma da lei, para a proteção, prevenção e reparação dos danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, aos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, e a outros interesses difusos, coletivos e individuais indisponíveis e homogêneos, para a anulação ou declaração de nulidade de atos lesivos ao patrimônio público ou à moralidade administrativa do Estado ou do Município, de suas administrações indiretas ou fundacionais ou de entidades privadas de que participem, na forma do Art. 25, IV, “a” e “b” da Lei n.º 8.625/93 e Art. 3º “a” e “b”, da Lei Complementar Estadual n.º 011/93;

**CONSIDERANDO** que cabe ao Ministério Público por esta Promotoria Especializada, adotar medidas administrativas e judiciais previstas em Lei para a defesa e proteção do erário público estadual no termos do inciso IX, do art.60 da Lei Complementar Estadual 011/93;

**CONSIDERANDO** o recebimento de denúncia anônima, segundo a qual estaria havendo dispensa de licitação para aquisição de produtos para a Escola Estadual Dom João de Souza Lima;

**CONSIDERANDO** a notícia colhida pela central de Informações do Ministério Público do Estado do Amazonas de que objetos como TV, micro system e DVD estão sendo adquiridos pela direção da referida escola com a utilização indevida de verba oriunda do MEC e destinada à APMC;



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**

**CONSIDERANDO** a necessidade de uniformizar o procedimento do inquérito civil em vista dos princípios que regem a Administração Pública e os direitos e garantias individuais, nos termos da Resolução n.º 548/07 - CSMP;

**R E S O L V E :**

I – Transformar o Procedimento Preparatório n.º 008/2008- 41.ª PJFPE em Inquérito Civil para apurar o fato acima denunciado;

II – Autue-se em Inquérito Civil sob n.º 034/2008/78.ª PJPPP.

III - Designar o servidor Paulo Ronaldo dos Santos Freire para secretariar os trabalhos.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Manaus, 10 de julho de 2008.

**Izabel Christina Chrisóstomo**  
Promotora de Justiça